



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 05102/10

Objeto: Processo Seletivo Público – Verificação de cumprimento de Acórdão

Órgão/Entidade: Prefeitura de Araçagi

Responsáveis: Onildo Câmara Filho. José Alexandrino Primo. Murilio da Silva Nunes

Relator: Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – ATOS DE GESTÃO DE PESSOAL – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EXAME DA LEGALIDADE – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/93 – Não cumprimento de decisão. Assinação de novo prazo.

ACÓRDÃO AC2 – TC – 01767/17

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 05102/10, que trata, nesta oportunidade, de verificação de cumprimento de Acórdão AC2-TC-00560/17, pelo qual a 2ª Câmara Deliberativa decidiu julgar parcialmente cumprido o Acórdão AC2-TC-00262/16 e assinar novo prazo de 60 dias (sessenta) para que o atual gestor de Araçagi, Sr. Murilio da Silva Nunes, adotasse as providências necessárias ao restabelecimento da legalidade, conforme último relatório da Auditoria, sob pena de multa e responsabilização da autoridade omissa, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

1. JULGAR não cumprida a referida decisão;
2. ASSINAR novo prazo de 30 (trinta) dias para que o Prefeito de Araçagi, Sr. Murilio da Silva Nunes, adote as providências necessárias ao restabelecimento da legalidade dos atos de regularização de vínculo funcional dos servidores Wellington Justino dos Santos e dos agentes de combate à endemias, Eveline Alexandrino de Sousa, Jefferson Marques do Nascimento, Leonardo Honório de Brito e Maria Eduarda Honório de Brito, conforme último relatório da Auditoria, sob pena de multa e responsabilização da autoridade omissa.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 03 de outubro de 2017

Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE

Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo
RELATOR

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 05102/10

RELATÓRIO

CONS. SUBST. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): O Processo TC 05102/10 trata, originariamente, do exame da legalidade dos atos de regularização de vínculo funcional decorrente de processo seletivo público, promovido pelo Estado da Paraíba em parceria com o Município de Araçagi, com o objetivo de prover cargos de Agentes Comunitários de Saúde – ACS, conforme previsto nos parágrafos 4º e 6º do art. 198 da Constituição Federal.

A Auditoria, em seu relatório inicial as fls. 276/279, concluiu pela notificação ao gestor devido à ocorrência das seguintes irregularidades:

1. ausência da lei municipal que criou o cargo de ACS;
2. ausência dos atos de regularização (nomeação);
3. insuficiência da documentação relativa aos processos seletivos dos quais participaram os ACS relacionados no item 5, para comprovar a observância aos princípios constitucionais da legalidade, publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência; bem como pela relevação da falha, para efeito único da concessão de registro, em razão da defasagem de tempo entre a realização dos processos seletivos e o encaminhamento da documentação de regularização do vínculo dos referidos profissionais a este Tribunal, o que torna possível a não localização dos documentos faltantes, que, conforme o disposto no item 2 deste relatório, ficaram, em sua maioria, a cargo dos municípios;
4. divergência entre as datas da realização dos processos seletivos (1995 a 2004 - fls.16 a 19) e a data da admissão dos servidores constante no SAGRES (2000 – fls.11 e 12), havendo a necessidade de retificação desta última;
5. existência no quadro de pessoal da Prefeitura de Agentes Comunitários de Saúde (Adílio Soares de Pontes, Antônio Marques da Silva e Everton Fernandes de Melo) contratados nos exercícios de 2009 a 2012, por excepcional interesse público, conforme o extrato às fls.13, o que é vedado pelo disposto no artigo 16 da Lei 11.350/2006;
6. informação no SAGRES de que o servidor Jailson Macena Ribeiro, que realizou o processo seletivo no exercício de 2001 (item 5), foi admitido no exercício de 2007 (fls.11), o que obsta a concessão de registro ao ato de regularização respectivo, em razão da defasagem de tempo (06 anos) entre a realização da seleção e a admissão do citado servidor, porquanto superado o prazo de validade do certame, de até 02 anos, prorrogável por igual período, conforme o disposto no artigo 4º da Resolução CIB/E-PB Nº 33/99, da Comissão Intergestora Bipartite Estadual – CIB/E (fls.20);
7. existência no quadro de pessoal da Prefeitura de Agentes Comunitárias de Saúde (Adriana Moura Cândido, Maria de Lourdes Félix da Silva, Maria José da Silva e Rafaela de Oliveira Santos) admitidas nos exercícios de 2008 (fls.11 e 12), sem a comprovação da realização de concurso ou processo seletivo público;
8. existência no quadro de pessoal efetivo da Prefeitura de 07 Agentes de Combate às Endemias, relacionados no quadro demonstrativo às fls.15, sem a comprovação da realização de concurso ou processo seletivo público.

O ex-gestor de Araçagi, Sr. José Alexandrino Primo, foi notificado e apresentou defesa conforme fls. 31/275;

A defesa foi analisada pela Auditoria que concluiu pela persistência das falhas constantes nos itens 1 (em parte) 4, 5 e 6 do presente relatório, considerando sanadas as demais falhas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 05102/10

O Processo foi encaminhado ao Ministério Público que através de seu representante emitiu COTA pugnando pela notificação do atual Prefeito de Araçagi para querendo, remeter documentação suficiente para elidir as irregularidades remanescentes e, por conseguinte, possibilitar a integral aferição da legalidade dos atos apreciados para fins de registro neste álbum processual. Havendo omissão de sua parte, proceda-se à baixa de resolução assinando prazo ao mencionado gestor para colaborar com o Controle Externo nestes autos de processo, sob pena de incurso em sanção de caráter pecuniário prevista no inciso IV do artigo 56 da LOTC/PB.

Houve notificação ao Sr. José Alexandrino Primo, porém, o prazo escoou sem apresentação de quaisquer esclarecimentos.

Na sessão do dia 21 de julho de 2015, a 2ª Câmara Deliberativa decidiu assinar o prazo de 60 (sessenta) dias para que o ex-gestor de Araçagi, Sr. José Alexandrino Primo, adotasse as providências necessárias ao restabelecimento da legalidade no que tange ao vínculo funcional dos Agentes de Comunitários de Saúde, conforme relatório da Auditoria, sob pena de multa e de responsabilização da autoridade omissa.

Notificado da decisão o Sr. José Alexandrino Primo apresentou defesa (DOC TC 54354/15), a qual foi analisada pela Auditoria que concluiu pela concessão de registro aos atos dos ACS que participaram do Processo Seletivo, conforme planilha SES (fls. 315/316), contudo, sugeriu nova notificação para que o gestor esclarecesse a motivação/justificativa dos contratos por excepcional interesse público do agente comunitário de saúde, Wellington Justino dos Santos e dos agentes de combate à endemias, Eveline Alexandrino de Sousa, Jefferson Marques do Nascimento, Leonardo Honório de Brito e Maria Eduarda Honório de Brito, tudo em função do que determina o art. 16 da Lei 11350/2006, (única falha remanescente).

Na sessão do dia 16 de fevereiro de 2016, a 2ª Câmara Deliberativa decidiu, através do Acórdão AC2-TC-00262/16, julgar parcialmente cumprida a Resolução RC2-TC-00090/15 e assinar novo prazo de 60 dias para que o ex-gestor de Araçagi, Sr. José Alexandrino Primo, adotasse as providências necessárias ao restabelecimento da legalidade no que tange ao vínculo funcional dos agentes comunitários de saúde, conforme relatório da Auditoria, sob pena de multa e de responsabilização da autoridade omissa.

Notificado do teor da decisão, o Sr. José Alexandrino Primo, ex-gestor do Município de Araçagi, apresentou defesa DOC TC 13529/16, a qual foi analisada pela Auditoria que concluiu pela necessidade de encaminhamento de Ato do Poder Executivo, comprovando surto endêmico motivando as contratações dos agentes de combate à endemia por excepcional interesse público, de acordo com o art. 16 da Lei 11350/16.

Novamente notificado o ex-gestor, contudo, deixou escoar o prazo sem apresentação de quaisquer esclarecimentos.

O Processo foi encaminhado ao Ministério Público de Contas que através de sua representante emitiu COTA pugnando pela baixa de novo aresto, com declaração de cumprimento parcial da determinação, sem cominação de multa pessoal ao Sr. José



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 05102/10

Alexandrino Primo, Prefeito Constitucional do Município de Araçagi, dada a sua colaboração no envio de documentação escrita, mas a notificação formal do Sr. MURILIO DA SILVA NUNES, Prefeito eleito, seguida de eventual resolução, para remeter documentação suficiente para elidir a irregularidade supracitada e possibilitar a integral aferição da legalidade dos atos apreciados, para fins de registro neste álbum processual.

Na sessão do dia 25 de abril de 2017, a 2ª Câmara Deliberativa decidiu, através do Acórdão AC2-TC-00560/17, julgar parcialmente cumprido o Acórdão AC2-TC-00262/16 e assinar novo prazo de 60 dias (sessenta) para que o atual gestor de Araçagi, Sr. Murilio da Silva Nunes, adotasse as providências necessárias ao restabelecimento da legalidade, conforme último relatório da Auditoria, sob pena de multa e responsabilização da autoridade omissa.

Notificado da decisão, o Sr. Murilio da Silva Nunes, deixou escoar o prazo sem apresentação de quaisquer esclarecimentos.

O Processo foi encaminhado ao Ministério Público que através de sua representante emitiu Parecer de nº 00806/17, opinando pela:

1. IRREGULARIDADE das contratações temporárias para atender a necessidade permanente de excepcional interesse público, realizadas pelo Município de Araçagi, por estarem em desacordo com as disposições constitucionais e legais, previstas no art. 37, inc. II e IX e com o artigo 16 da Lei n.º 11.350/2006;
2. APLICAÇÃO DE MULTA ao Sr. José Alexandrino Primo, ex-gestor do Município, ora responsável, com arrimo no art. 56, II e IV, da LOTC/PB;
3. DECLARAÇÃO DE NÃO CUMPRIMENTO da decisão consubstanciada no Acórdão AC2-TC-00560/16, por parte do Sr. Murilio da Silva Nunes, atual Chefe do Poder Executivo de ARAÇAGI, ante sua injustificada omissão;
4. REMESSA DA MATÉRIA a outros autos, para fins de acompanhamento desse aspecto da gestão de pessoal pelo Sr. Murilio da Silva Nunes.

É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

CONS. SUBST. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): A referida análise tem como fundamento o disciplinado no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado da Paraíba, e o estabelecido no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n.º 18/1993, que atribuíram ao Tribunal de Contas do Estado a responsabilidade pela apreciação da legalidade dos atos de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta.

Do exame realizado, conclui-se que a única falha remanescente nos autos, refere-se a esclarecer a motivação/justificativa dos contratos por excepcional interesse público do agente comunitário de saúde, Wellington Justino dos Santos e dos agentes de combate à endemias, Eveline Alexandrino de Sousa, Jefferson Marques do Nascimento, Leonardo Honório de Brito e Maria Eduarda Honório de Brito, tudo em função do que determina o art. 16 da Lei 11350/2006. Verifica-se também que o Prefeito à época, Sr. José Alexandrino Primo informou que as contratações foram motivadas devido a um surto endêmico acometido no Município. Diante dos fatos, houve notificação do atual Prefeito do Município



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 05102/10

para esclarecer a situação desses servidores e comprovar o surto endêmico mencionado nos autos, porém sem sucesso, devido à ausência de justificativa/esclarecimentos por parte do gestor.

Considerando, no entanto, a disposição do Gestor no restabelecimento da legalidade, demonstrada na sustentação oral de defesa, proponho que a *2ª CÂMARA DELIBERATIVA* do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*:

1. JULGUE não cumprida a referida decisão;
2. ASSINE novo prazo de 30 (trinta) dias para que o Prefeito de Araçagi, Sr. Murilio da Silva Nunes, adote as providências necessárias ao restabelecimento da legalidade dos atos de regularização de vínculo funcional dos servidores Wellington Justino dos Santos e dos agentes de combate à endemias, Eveline Alexandrino de Sousa, Jefferson Marques do Nascimento, Leonardo Honório de Brito e Maria Eduarda Honório de Brito, conforme último relatório da Auditoria, sob pena de multa e responsabilização da autoridade omissa.

É a proposta.

João Pessoa, 03 de outubro de 2017

Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo
RELATOR

Assinado 3 de Outubro de 2017 às 14:30



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE

Assinado 3 de Outubro de 2017 às 13:48



Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo
RELATOR

Assinado 9 de Outubro de 2017 às 09:50



Bradson Tibério Luna Camelo
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO